

HABEAS CORPUS Nº 548.899 - SP (2019/0358298-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : FELIPE DE CARVALHO CAVALCANTI DE FARIAS
ADVOGADO : FELIPE DE CARVALHO CAVALCANTI DE FARIAS - SP338616
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAXWELLB ERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em causa própria por MAXWELLB ERNANDES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2230793-40.2019.8.26.0000.

Alega o impetrante que o Juízo das Execuções determinou a realização de exame criminológico antes de analisar o pedido de progressão para o regime aberto do paciente.

Irresignado, sua defesa agravou da decisão perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 15):

EMENTA: Habeas Corpus – Execução Penal – Insurgência contra a determinação para a realização de exame criminológico, antes da apreciação do pleito de progressão de regime – Inadmissibilidade – Decisum proferido com fundamentação adequada – Motivação consubstanciada na gravidade dos delitos cometidos pelo condenado, concretamente considerada – Inteligência do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal – Hipótese, ademais, de esvaziamento parcial do writ, em face da superveniência de novo cálculo de pena, objeto de nova decisão judicial homologatória. Ordem parcialmente prejudicada e denegada.

Sustenta o impetrante que está submetido a flagrante constrangimento ilegal diante de erros contidos no cálculo da pena e na imposição da realização de novo exame criminológico, uma vez que não houve o transcurso de 12 meses desde a última vez que foi submetido ao exame pericial.

No presente *mandamus*, pretende o impetrante, em síntese, seja ordenada a "elaboração de novo cálculo de pena levando em consideração o lapso do semiaberto,

Superior Tribunal de Justiça

URGENTEMENTE JÁ QUE O LAPSO já foi atingido, em sua sede objetiva e remessa imediata ao Ministério Público, tal como pela desnecessidade do Exame Criminológico dada as fundamentações acima, ainda pelo já juntado há menos de 1 ano" (fl. 13).

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações atualizadas à autoridade coatora, bem como ao juízo das execuções.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator